

Fundação Getulio Vargas
Escola de Administração de Empresas de São Paulo

- PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-
PIBIC

Caio Favero Teixeira

ESTUDO DEMOGRÁFICO DA FORÇA DE TRABALHO BRASILEIRA NO SÉCULO XXI

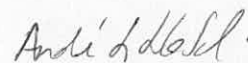
Relatório Final

Orientador: André Luiz Silva Samartini



Caio Favero Teixeira

De acordo.



André Luiz Silva Samartini

SÃO PAULO
2007

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO	3
2. INTRODUÇÃO	4
3. METODOLOGIA	5
3.1. PRINCIPAIS DEFINIÇÕES	6
4. DESCRIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	8
4.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	8
4.1.1. ESTADOS UNIDOS	8
4.1.2. BRASIL	13
5. MODELO ESTATÍSTICO	22
6. RESULTADOS	26
7. DISCUSSÃO	30
8. LIMITAÇÕES E ESTUDOS FUTUROS	33
9. CONCLUSÃO	34
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
11. APÊNDICE	39

1. APRESENTAÇÃO

Diante da situação econômico-social de um país em desenvolvimento como o Brasil, um entendimento mais profundo das características da força de trabalho faz-se necessário como mecanismo para um progresso econômico engajado ao desenvolvimento do bem-estar social. Conhecer as características de trabalho da população e a sua evolução histórica ocupa um papel central tanto no delineamento de políticas públicas eficientes para estimular o crescimento do país bem como na definição de estratégias de gestão para empresas do setor privado.

O presente projeto investiga a realidade da força de trabalho no Brasil e procura alguns padrões no seu desenvolvimento de forma a estabelecer modelos que descrevam a evolução da oferta de mão-de-obra ao longo das últimas décadas. Uma abordagem similar ao do estudo *Workforce 2020: Work and Workers in the 21st century* (JUDY e D'AMICO, 1997) é apresentada, de forma que uma breve descrição da configuração da força de trabalho estadunidense também é demonstrada para efeito de comparação. No estudo citado acima, os autores, a partir da atual situação do mercado de trabalho nos Estados Unidos, tentam preparar os leitores para o que será a força de trabalho em 2020.

A identificação de tendências no caso brasileiro proporciona um panorama para a gestão pública e privada na medida em que pode orientar investimentos direcionados a variáveis que serão identificadas como determinantes no comportamento da força de trabalho brasileira. Pode, também, servir como uma base para a identificação de oportunidades e ameaças no contexto do mercado de trabalho nacional.

2. INTRODUÇÃO

A competitividade do mercado de trabalho não é um fator novo e é notável em todos os setores da economia. Isso é refletido, por exemplo, no crescimento de 32% do grau de instrução médio (em anos) requerido para contratações somente na última década, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2005a). Atualmente, os trabalhadores contratados têm, em média, 7,5 anos de estudo (IBGE, 2005a).

Juntamente com esse aumento na competitividade, algumas outras características acompanham essas mudanças. Sabe-se que, como em diversos outros países do mundo, o mercado de trabalho está ficando mais diversificado no Brasil. Isso tem importantes implicações; entre elas, na definição do perfil requerido para um trabalhador que procura se adaptar às novas correntes do mercado. Portanto, entender mais profundamente no que consiste essa diversificação da força de trabalho brasileira, e como ela toma forma, é de suma importância.

Serão investigadas mais a fundo neste estudo a diferença entre sexo nas taxas de ocupação, a influência da família na disputa de um emprego e a existência (ou não) da discriminação por raça no mercado de trabalho. Alguns dados históricos também serão apresentados.

O estudo aqui desenvolvido apresenta uma perspectiva díspar de muitos outros já realizados nessa área por considerar a condição de ocupação dos indivíduos em vez do emprego em trabalho formal ou até mesmo da renda dos trabalhadores. Dessa forma, a informalidade que, sabidamente, é um fenômeno reconhecidamente importante no Brasil, passa a ser parte fundamental dos resultados, proporcionando conclusões que demonstram a sua relevância e importância na atual realidade da força de trabalho brasileira.

Mais especificamente, a partir do ajuste de uma regressão logística, será investigada a chance de uma pessoa ser ocupada, de acordo com características como idade, grau de instrução, sexo e raça. A evolução dessa chance, bem como a comparação entre elas, será vista a partir da análise em dois períodos: 1996 e 2005.

Além disso, alguns eventos, como a liberalização dos mercados ocorrida no país a partir da década de 90, podem ter afetado o comportamento da mão-de-obra (GREEN et al; 2000). Essa possibilidade será analisada conjuntamente com as observações citadas acima.

Ao fornecer dados atuais e precisos a respeito da evolução e da composição atual da força de trabalho no Brasil, o objetivo deste trabalho estará sendo atingido.

3. METODOLOGIA

O objetivo deste trabalho será alcançado por meio de uma revisão bibliográfica de importantes estudos e de uma modelagem estatística das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) publicadas anualmente pelo IBGE. Dados históricos dessas pesquisas serão analisados a fim de identificar os principais determinantes da condição de empregado ou desempregado em dois cortes específicos de tempo.

A PNAD foi criada em 1967 e, utilizando amostras da grandeza de até 400.000 domicílios, investiga diversas características socioeconômicas básicas do país. Algumas características principais têm um “caráter permanente na pesquisa, como as características gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação; e outras têm uma periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de

informação para o país” (IBGE, 2005b). Na PNAD de 2005, por exemplo, foram investigadas características relativas ao uso da internet no Brasil.

A análise bibliográfica estará centrada no já citado trabalho de Judy e D’Amico (1997), mas conterà observações adicionais de outras importantes publicações a respeito do tema. A análise da PNAD focará na parte chamada: “Características de trabalho e rendimento dos moradores de 10 anos ou mais de idade”. Faz-se necessário, portanto, a definição de alguns conceitos utilizados na pesquisa que serão extensivamente usados agora ou posteriormente no presente estudo.

3.1. PRINCIPAIS DEFINIÇÕES

Todos os conceitos apresentados a seguir estão de acordo com a definição da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2005b).

Trabalho: no conceito de trabalho, caracterizam-se as condições de trabalho remunerado, trabalho não-remunerado, trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso.

Pessoas Ocupadas: pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte do período de referência. Incluem-se também pessoas que não exerceram o trabalho por motivo de férias, licença, greve, etc.

Cabe aqui um aprofundamento já que a condição de ocupação ocupará um papel central nos procedimentos estatísticos desse estudo. Para o IBGE, ocupação representa não somente a posse de carteira assinada, mas também pessoas que eram militares, funcionários públicos estatutários, empregados domésticos sem carteira (bem como outros trabalhadores sem carteira), trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na

construção para o próprio uso. Portanto, para o IBGE, ter trabalho não necessariamente implica possuir um trabalho formal.

Pessoas Desocupadas: pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho no período de referência.

Período de referência: período a que eventualmente se referem os resultados da pesquisa. No caso da PNAD 2005, semana de referência trata-se da semana de 18 a 24 de setembro de 2005; enquanto mês de referência é setembro de 2005 e o período de referência de 12 meses é de 1 de outubro de 2004 a 24 de setembro de 2005. Na PNAD 1996, a semana de referência é 22 a 28 de setembro de 1996; mês de referência é setembro de 1996 e período de referência de 12 meses é 29 de setembro de 1995 a 30 de julho de 1996.

Pessoas economicamente ativas: pessoas ocupadas e desocupadas no período de referência.

Pessoas não - economicamente ativas: pessoas que não se enquadram na categoria anterior.

Ocupação: cargo, função, posição ou ofício exercido pela pessoa.

Posição na ocupação: há oito categorias de posição de ocupação, como empregado, conta-própria, empregador, etc. Para mais detalhes, vide Apêndice A.

Nível de Ocupação: porcentagem das pessoas ocupadas em relação às pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Taxa de Desocupação: porcentagem das pessoas desocupadas em relação às pessoas economicamente ativas.

Taxa de Atividade: porcentagem das pessoas economicamente ativas em relação à população brasileira

Índice Gini: medida do grau de concentração de distribuição de renda, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima).

A exibição completa de todos os termos definidos na pesquisa e utilizados nesse trabalho encontra-se no Apêndice A.

4. DESCRIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

4.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste item, será apresentada uma descrição geral da configuração da força de trabalho tanto nos Estados Unidos como no Brasil. A parte dedicada ao primeiro país dedica-se a revelar uma perspectiva do desenvolvimento da sua mão-de-obra e dos fatores que a influenciam. A parte dedicada ao Brasil, no entanto, apenas procura mostrar um retrato de como a força de trabalho está caracterizada atualmente. A perspectiva de sua evolução estará na discussão dos resultados desse estudo.

A divisão em sub-itens é apenas para efeito organizativo, uma vez que em várias oportunidades os países serão comparados entre si.

4.1.1. ESTADOS UNIDOS

Em Dezembro de 2006, a população economicamente ativa dos Estados Unidos alcançou 152,775 milhões de trabalhadores, de acordo com a Agência de Estatísticas Laborais norte-americana (BUREAU OF LABOR STATISTICS,

2007). A taxa de desocupação no país neste mês era de 4,5%, segundo a mesma instituição.

A participação das mulheres no mercado de trabalho americano vem crescendo historicamente:

“A natureza do trabalho mudou ao longo do século 20: a economia americana saltou de uma posição de fornecedora de produtos para uma posição de fornecedora de serviços, enquanto as máquinas cada vez mais substituíram o trabalho manual na agricultura e na indústria. Portanto, músculos gradualmente perderam a sua importância no mercado de trabalho (...). Além disso, sexo é particularmente irrelevante no setor de serviços, o qual empregará a grande maioria dos americanos no início do século 21” (JUDY e D’AMICO, 1997).

“Enquanto a participação masculina no mercado de trabalho caiu sensivelmente nas últimas décadas, de 77,9% em 1975 para 74,2% em 2005, a taxa de participação feminina cresceu muito no mesmo período: de 46,3% para 61,6% (ROSSHEIN, 2005).”

Além disso, há uma expectativa de que as mulheres tomem progressivamente o lugar dos homens estadunidenses em postos de mais alta importância na atual era da informação. Isso se explica pelo fato de que atualmente as mulheres estão se preparando mais assiduamente para suas carreiras profissionais: 55% dos bacharelados e 53% dos mestrados no país já são obtidos por mulheres, de acordo com o estudo de Judy e D’Amico (1997).

De acordo com as previsões de Judy e D’Amico (1997), o “prêmio pela habilidade” – definido como o salário incremental pelo fato de um trabalhador possuir um grau maior de instrução – será ainda mais significativo nos próximos 13 anos nos Estados Unidos. O motivo é que com o avanço tecnológico inerente ao progresso americano e o avanço da automação industrial, conjuntamente com a abertura dos mercados que traz mão-de-obra de menor custo para o país,

trabalhadores norte-americanos com pouca qualificação serão cada vez mais desnecessários, enquanto o advento de novas tecnologias criará novos postos para profissionais qualificados. A consequência natural é uma queda nos salários reais dos trabalhadores desqualificados, enquanto há uma valorização crescente pelo conhecimento. Isso trará para a força de trabalho americana um maior índice de desemprego para essa mão-de-obra sem qualificação, principalmente no setor manufatureiro (onde esse processo se verifica com maior intensidade) e, portanto, um aumento na desigualdade salarial. Logo, como também concluem O'Toole e Lawler III (2006) em um outro estudo, a globalização com a liberalização do mercado trará uma maior desigualdade salarial para a força de trabalho norte-americana.

Liberalização do mercado, para Judy e D'Amico (1997) significa “menores restrições no mercado internacional, maior conversibilidade de moedas, maior confiança em instituições privadas, aceitação maior de investimentos externos, maior participação em instituições econômicas globais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC)” (JUDY e D'AMICO, 1997). Portanto, os reflexos dessa abertura podem representar uma força ainda mais importante na mudança da configuração do mercado de trabalho no Brasil, já que essa liberalização ocorreu de forma rápida e impactante na realidade do país, como observado por Green, Dickerson e Arbache (2000): “A economia brasileira ao final dos anos 80 era especialmente fechada”, de forma que a “liberalização do mercado ocorreu relativamente em um pequeno período de tempo (...) com um início modesto já a partir de 1991” (GREEN et al, 2000).

Diante desse fenômeno ocorrendo intensamente em um pequeno período de tempo, precisa-se identificar o sentido da força que a liberalização dos mercados trará para o Brasil. Sabe-se que a citada desigualdade observada nos Estados Unidos impulsionou a qualificação de profissionais, que puderam aproveitar a flexibilidade da legislação trabalhista estadunidense para se

adaptarem a uma nova realidade laboral. No Brasil, o movimento é distinto. Assim como ocorreu em alguns países europeus, a mudança a ser efetuada no país é em direção ao aumento do desemprego formal devido à rigidez da legislação do trabalho (Machado e Moreira, 2001). Rigidez essa já senso comum na literatura, assim como constatam diversos autores; entre eles, José Pastore (1994). Soma-se a isso a deficiência educacional que o Brasil apresenta na qualificação de sua mão-de-obra que dificultará a migração da demanda de trabalhadores menos qualificados para mais qualificados (NERI et al., 2003).

Mesmo com essa perspectiva negativa para o Brasil, a desigualdade de renda tem diminuído, como mostra recente estudo do Ipea (SOARES, 2006). Tal estudo analisa a evolução de quatro medidas de distribuição de renda (indicador de Theil T, índice Gini, razão 10/40 e razão 20/20) e as chamadas curvas de Lorenz para diferentes períodos de tempo. A conclusão é a mesma em todos os procedimentos: a desigualdade de renda hoje é menor do que no início da década de 90. Há de se considerar que uma das limitações desse estudo é a fragilidade ao capturar os rendimentos de capital. Uma explicação plausível para esse resultado contém, pelo menos, dois fatores: o avanço de políticas públicas para combater a desigualdade e, principalmente, o avanço da informalidade no Brasil, como a saída para a conquista de alguma renda, entre aquela mão-de-obra desqualificada e desempregada.

Assim, a tendência ao desemprego formal e a dificuldade em se qualificar a mão-de-obra parecem ser orientados no mesmo sentido da diminuição da concentração de renda pela informalidade, uma vez que o crescente desenvolvimento de um setor informal mais complexo no Brasil, permeado por trabalhadores desqualificados, alavanca a renda de famílias que não teriam condições de se adaptarem a um mercado formal cada vez mais competitivo.

A distribuição dos salários no Brasil também não seguiu o modelo americano. De acordo com as conclusões de uma pesquisa conduzida por

Green, Dickerson e Arbache (2000), no Brasil não houve uma relação causal entre a abertura dos mercados e a distribuição mais desigual de salários. Além disso, a pesquisa mostra que apesar de ter havido uma maior procura por educação superior, esse fato não foi significativo o bastante para afetar a desigualdade salarial geral.

Outra constatação importante para a força de trabalho norte-americana feita no trabalho de Judy e D'Amico é que a população está envelhecendo. Isso já havia sido previsto em um estudo similar realizado anteriormente por Johnson (1987). A expectativa de vida aumenta e a taxa de fecundidade declina no país. Em 2020, quase 20% da população estadunidense terá 65 anos ou mais. Os *baby boomers* (aproximadamente 83 milhões de americanos que nasceram nas duas décadas após o fim da Segunda Guerra Mundial) afetarão decisivamente a força de trabalho nos Estados Unidos por meio de sua presença e/ou saída do mercado de trabalho; da sua condição de recebedores de benefícios públicos; e do potencial mercado consumidor que criarão (JUDY e D'AMICO, 1997). Um fato que demonstra esse envelhecimento é que a idade média de um trabalhador americano em 1978 era de 34,8 anos, enquanto a idade média projetada para 2008 é de 40,7 anos, com expectativa de um contínuo crescimento (ROSSHEIN, 2005).

Devido a esses fatos, a demanda por serviços em geral, especialmente financeiros (utilizados em poupanças e investimentos para garantir uma aposentadoria confortável), crescerá enormemente já que o padrão de consumidores de terceira idade tende fortemente ao consumo de serviços. Essa demanda crescente criará milhões de novos empregos que serão preenchidos por trabalhadores de todos os tipos: de qualificados como enfermeiras especializadas a desqualificados como meros ajudantes dos mais idosos (JUDY e D'AMICO, 1997), mas sempre apresentando uma forte discrepância salarial.

Finalmente, a diversificação étnica da força de trabalho norte-americana tem se alterado significativamente ao longo das décadas. E essas alterações têm sido mais expressivas com o passar do tempo. As porções mais jovens da força de trabalho são amplamente mais diversificadas em termos de raça e etnias do que as porções mais idosas. Enquanto o crescimento médio da força de trabalho de 1998 para 2008 é de 12%, o número de afro-americanos, de hispânico-latinos e de ázio-americanos crescerá em 20%, 37% e 40%, respectivamente (ROSSHEIN, 2005). Esses trabalhadores provêm não somente de escolas americanas, como também de outros países por meio de imigração. E esse processo se intensifica à medida que a globalização é solidificada em território estadunidense. Um agravante que isso traz ao país é quanto à qualificação dessa mão-de-obra entrante; por exemplo, entre 1980 e 1990, 41% dos imigrantes não haviam completado o ensino médio, enquanto, entre americanos nascidos nos Estados Unidos, o número é de 23%. Entretanto, essa diversificação étnica se dará de forma gradual no país, de forma que em 2020, brancos não-hispânicos constituirão ainda 68% da força de trabalho (JUDY e D'AMICO, 1997).

4.1.2. BRASIL

No ano de 2005, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 62,87% da população brasileira de 10 ou mais anos de idade, ou 96.032 mil indivíduos, encontraram-se na situação economicamente ativa, enquanto pouco mais de 90% da PEA possuíam alguma ocupação. Em relação a 2004, tanto a fração economicamente ativa da população como a proporção de indivíduos ocupados não se alterou de maneira muito expressiva. Em 2005, apesar de a população de 10 ou mais anos de idade ser composta em sua maioria por mulheres (51,69%), apenas 52,87% delas eram consideradas economicamente ativas e 87,84% destas estavam ocupadas, ao passo que 73,57% dos homens eram economicamente ativos, estando 92,93% destes vinculados a algum tipo de ocupação. A região com maior taxa de atividade e

maior nível de ocupação no período 2004-2005 foi a região Sul do país, com cerca de 66,5% de indivíduos economicamente ativos e pouco mais de 62% da população atrelada a ocupações, respectivamente. O gráfico a seguir mostra o percentual de ocupação por sexo, revelando a notável diferença entre homens e mulheres.

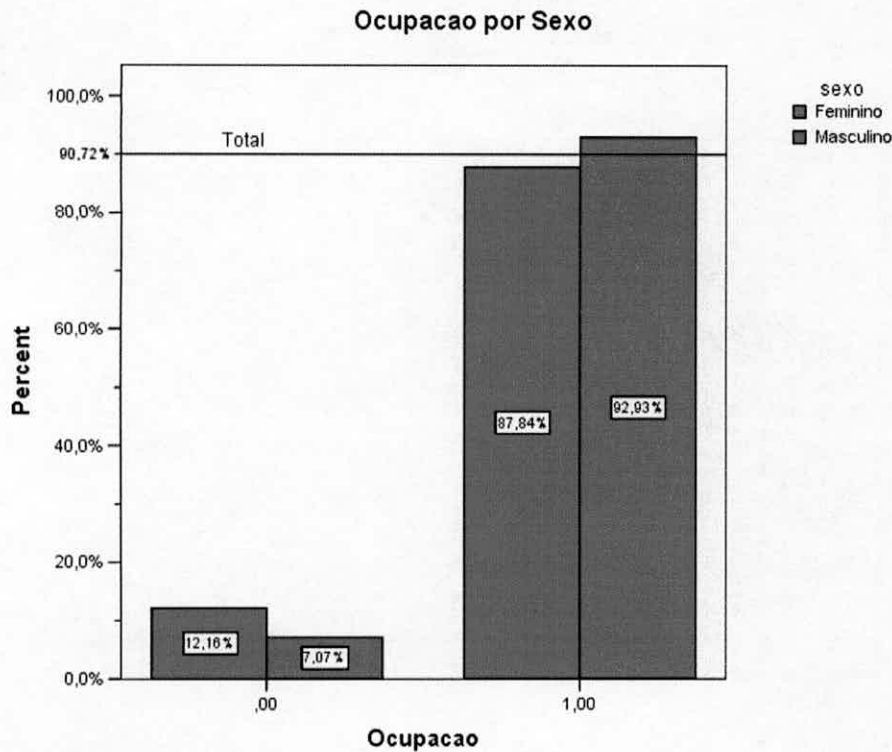


Gráfico 1: Ocupação por sexo no Brasil - 2005.

Segundo faixa etária, em 2005, 26,78% das pessoas ocupadas no Brasil apresentavam entre 20 e 30 anos de idade e 43,96% estavam entre 30 e 50 anos. Tais proporções não se alteram grandemente de acordo com o sexo e as regiões brasileiras, sendo, para ambas as condições mencionadas, a faixa de 20 a 30 anos a que dispunha de maior número de indivíduos ocupados, como demonstra o gráfico a seguir:

Distribuição de Idade para Pessoas Ocupadas

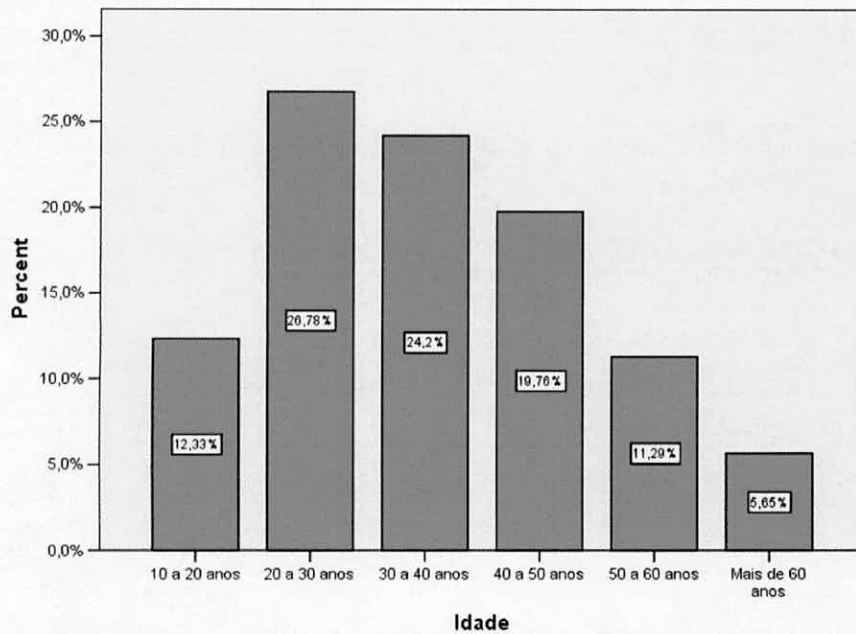


Gráfico 2: Distribuição de Idade para Pessoas Ocupadas no Brasil – 2005.

Um fato importante quanto população brasileira é que, assim como no caso dos Estados Unidos, um envelhecimento é observado. Esse fenômeno pode ser visualizado nas seguintes pirâmides etárias criadas pelo IBGE com dados de 2005 e uma projeção para 2020; bem como na projeção da população brasileira de 80 anos ou mais.

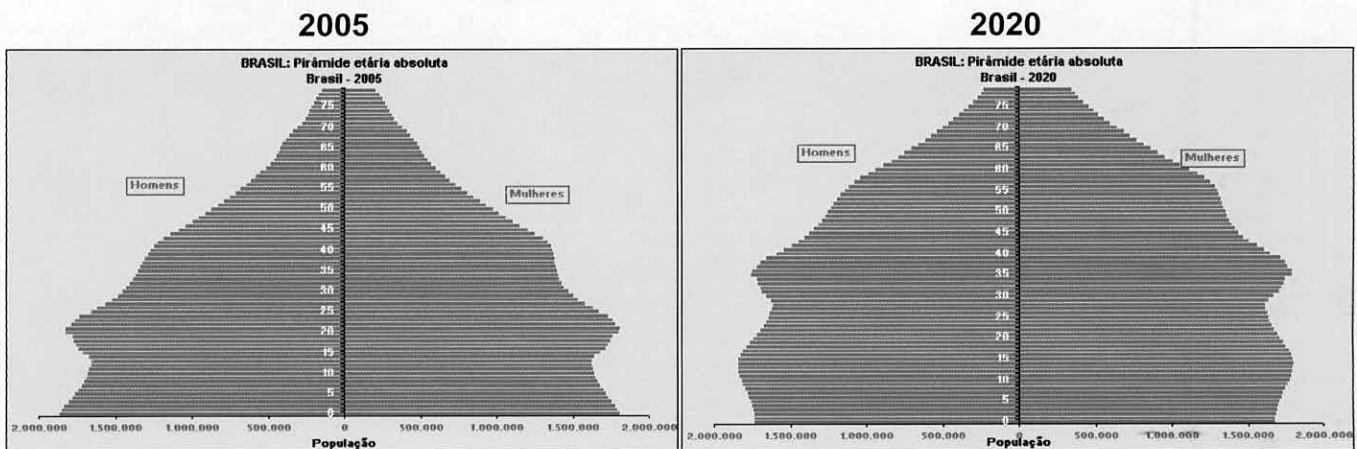


Gráfico 3: Pirâmides etárias do Brasil em 2005 e 2020 (projetada).

Fonte: IBGE. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/default>

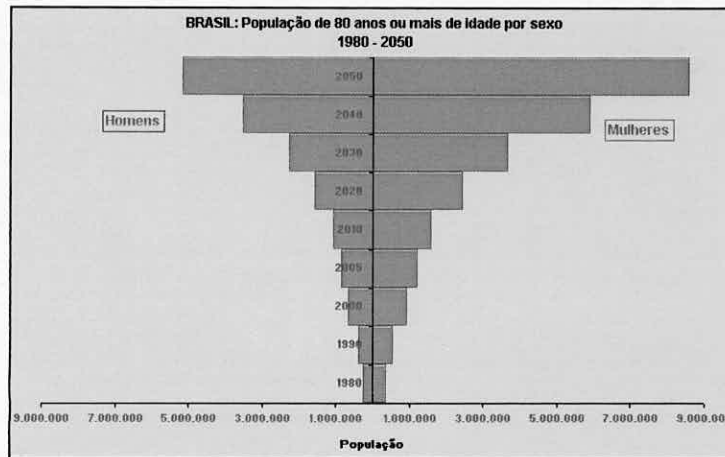


Gráfico 4: População de 80 anos ou mais de idade por sexo – Brasil – 1980 – 2050.

Fonte: IBGE, Disponível em

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/piramide/piramide.shtm?c=1>.

A pesquisa também identificou que, no país, 10,23% das pessoas ocupadas possuíam 14 ou mais anos de estudo, enquanto somente 5,5% dos desocupados estudaram 14 ou mais anos. Isso sugere que ao estudar além do início do Ensino Superior, uma pessoa passa a ter um perfil que é notadamente mais comum entre os ocupados. Essa e outras conclusões podem ser obtidas a partir da análise do gráfico a seguir.

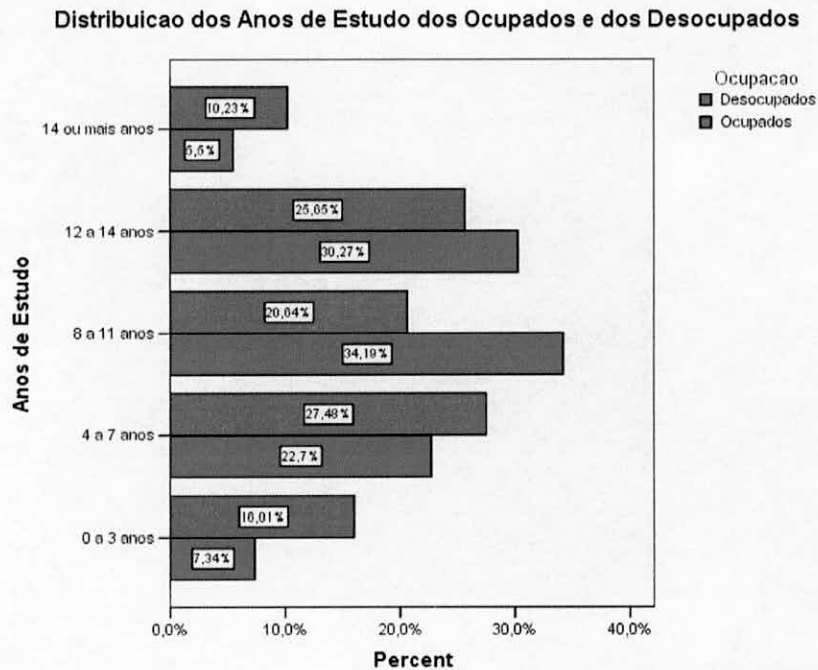


Gráfico 5: Distribuição dos Anos de Estudo para Ocupados e Desocupados no Brasil – 2005.

A leitura desses dados, porém, requer um cuidado maior uma vez que a classificação de um indivíduo como ocupado, não considera o tipo de sua ocupação. Assim, a sua análise deve ser feita conjuntamente com a tabela a seguir:

Anos de Estudo * Contribuicao para a Previdencia

% within Anos de Estudo

		Contribuicao para a Previdencia		Total
		Sim	Nao	
Anos de Estudo	0 a 3 anos	19,1%	80,9%	100,0%
	4 a 7 anos	33,0%	67,0%	100,0%
	8 a 11 anos	45,4%	54,6%	100,0%
	12 a 14 anos	68,5%	31,5%	100,0%
	14 ou mais anos	80,7%	19,3%	100,0%
Total		47,4%	52,6%	100,0%

Tabela 1: Contribuição para Instituto de Previdência por Faixas de Anos de Estudo – Brasil – 2005.

Ao se perceber, por exemplo, que entre os ocupados, 16,01% estudaram três anos ou menos, é importante saber que dentre as pessoas com até três anos de estudo 80,9% não era contribuinte para nenhum instituto de Previdência. Essa constatação revela que dentre essas pessoas, a maior parte das ocupações são exercidas em atividades que não implicam remuneração registrada junto ao governo federal, denotando, assim, o alto grau de informalidade entre os que têm um baixo grau de escolaridade. O outro extremo revela a mesma lógica: dentre os que mais estudam, é maior a incidência de contribuição para a Previdência.

Na região Sudeste, a proporção relativa a 11 ou mais anos de estudo foi superior a 43% e, na região Nordeste, inferior a 25%. As regiões Nordeste e Norte exibiram a maior quantidade de indivíduos ocupados sem instrução alguma ou com menos de 1 ano de estudo, correspondente a, respectivamente, 19,5% e 12,1% da população ocupada.

A tabela 1 mostra ainda que no Brasil, em 2005, havia 47,4% de contribuintes para a Previdência. As regiões Sul e Sudeste apresentaram os maiores índices de contribuintes (54,0% e 58,8%, respectivamente). Em contrapartida, os menores índices de contribuição à previdência foram notados nas regiões Norte (66,4% de não-contribuintes) e Nordeste (71,3% de não-contribuintes). Com relação à filiação a sindicato, apenas 18,4% da população brasileira ocupada foi classificada como filiada. Dentre as grandes regiões, a maior proporção foi detectada na região Sudeste, com 23,0% de associados.

Comparando os gêneros, 41,5% das mulheres brasileiras ocupadas e 31,0% dos homens brasileiros ocupados possuíam 11 anos ou mais de estudo. Considerando as grandes regiões do país, todas demonstraram que grande parte das mulheres ocupadas tinha 11 ou mais anos de instrução, com destaque para a região Sudeste, na qual tal proporção alcança 48,7% do grupo em questão. Para os homens, contudo, nas regiões Norte, Nordeste e Sul a maioria dos indivíduos possuía de 4 a 7 anos de escolaridade. Segue-se, então, a tendência norte-americana de que as mulheres têm se preparado melhor para a sua vida profissional. Entretanto, pode-se argumentar que esse fato se trata de uma visível discriminação, já que mulheres necessitam de uma maior escolaridade para concorrer às mesmas vagas que os homens. Uma forma interessante de visualizar essa realidade é por meio do Gráfico 6:

Distribuição do Grau de instrução por sexo

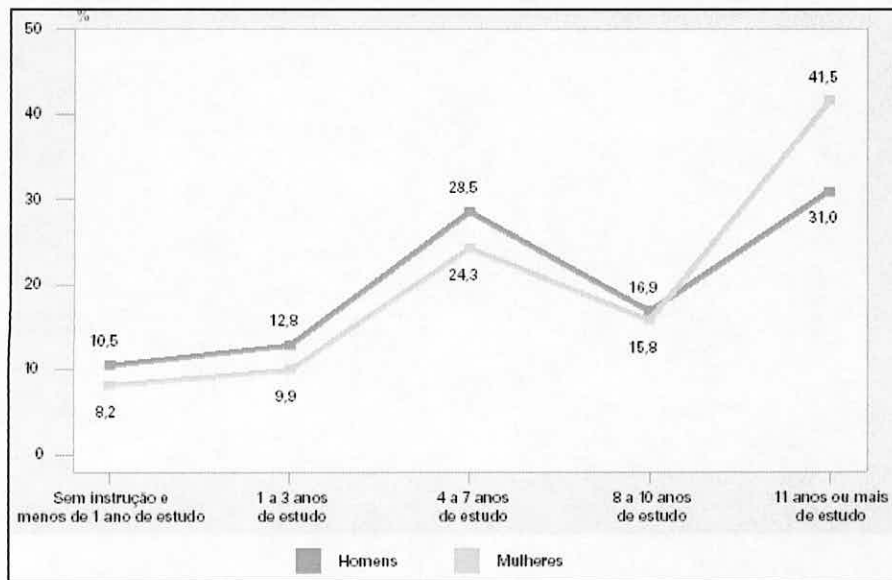


Gráfico 6 – Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo os grupos de anos de estudo – Brasil – 2005.

Fonte: Extraído do IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, PNAD 2005.

A análise do Gráfico 6 e dos dados já apresentados vai ao encontro dos resultados achados por Soares e Oliveira (2004), que afirmam que a desigualdade de gênero e a segregação ocupacional permanecem fortes no Brasil e marcadas pelo componente regional, embora as mulheres tenham, sobretudo, maior escolaridade do que os homens.

A pesquisa identificou ainda que, no Brasil, 32,2% dos empregados (e não do total da população economicamente ativa) não possuíam carteira de trabalho assinada. Isso demonstra um aumento em relação ao início da década de 80, em que esse percentual era de 28% (IBGE, 1982). A região Centro-Oeste, em 2005, foi a que mais se aproximou da média nacional, com 32,1% de empregados sem carteira assinada. Na região Sul, 75,9% desta classe de trabalhadores apresenta carteira assinada, enquanto que, na região Nordeste, esta percentagem é reduzida para 52,4%. Observou-se que, no segmento de trabalhadores domésticos, 73,8% dos profissionais não dispõem de carteira de

trabalho assinada. O alto percentual manteve-se quando as regiões do país foram comparadas entre si, sendo que o Norte exibiu a maior (88,1%) e o Sudeste, a menor (67,4%) proporção.

A constatação da parcela da população empregada que não possui carteira de trabalho assinada traz uma discussão inerente à sua análise: a delimitação do conceito de trabalho formal. As duas definições mais utilizadas no estudo da informalidade no Brasil são; por um lado, a soma de trabalhadores sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria; e por outro, o conjunto de trabalhadores que não contribuem para a previdência social (ULYSSEA, 2006). De qualquer forma, já foi revelado no presente estudo que, independentemente da definição utilizada, o Brasil apresenta um altíssimo nível de informalidade no seu mercado de trabalho.

Em âmbito nacional, no ano de 2005, as pessoas ocupadas caracterizaram-se por trabalhar, em sua maioria, de 40 a 44 horas semanais (34,2% dos indivíduos analisados). Pouco mais de 20% da população ocupada trabalhava 49 horas ou mais, e apenas 7,0% tinham carga horária de até 14 horas por semana. Tal distribuição da força de trabalho segundo grupos de horas trabalhadas sofreu poucas alterações ao ser comparada às grandes regiões brasileiras. Todavia, foram notáveis as diferenças na comparação entre sexos. Apenas 18,8% dos homens trabalhavam até 39 horas semanais, ao passo que 43,3% das mulheres brasileiras o faziam. Em contraste, na categoria que engloba jornadas superiores a 49 horas por semana, residem 25,6% dos homens e 13,7% das mulheres.

De acordo com os grupamentos de trabalho principal, o setor agrícola abarcou, em 2005, no Brasil, 20,5% das pessoas ocupadas, sendo 23,4% na região Norte, 36,1% no Nordeste, 10,0% no Sudeste, 22,1% no Sul e 17,6% no Centro-Oeste do país. Atividades industriais foram desenvolvidas por 14,9% dos brasileiros ocupados (Norte: 14,9%; Nordeste: 9,7%; Sudeste: 17,5%; Sul:

18,5%; Centro-Oeste: 10,6%) e o segmento de comércio e reparação foi desempenhado por 17,8% (Norte: 18,1%; Nordeste: 15,8%; Sudeste: 18,8%; Sul: 17,5%; Centro-Oeste: 19,5%), além de outras atividades.

Uma situação interessante capturada pela PNAD 2005 foi a diferença entre as estruturas familiares dos ocupados e dos desocupados. Observou-se que casais com filhos são as estruturas familiares mais comuns no Brasil; no entanto, com representatividades diferentes para os ocupados e os desocupados, sendo maior a participação dessa estrutura no grupo dos primeiros. Além disso, uma diferença importante entre os grupos é em relação à mãe com filhos. Entre os desocupados, essa estrutura familiar ocupa 24,05% do total, enquanto para os ocupados, somente 14,07%. O gráfico abaixo permite a visualização dessas características.

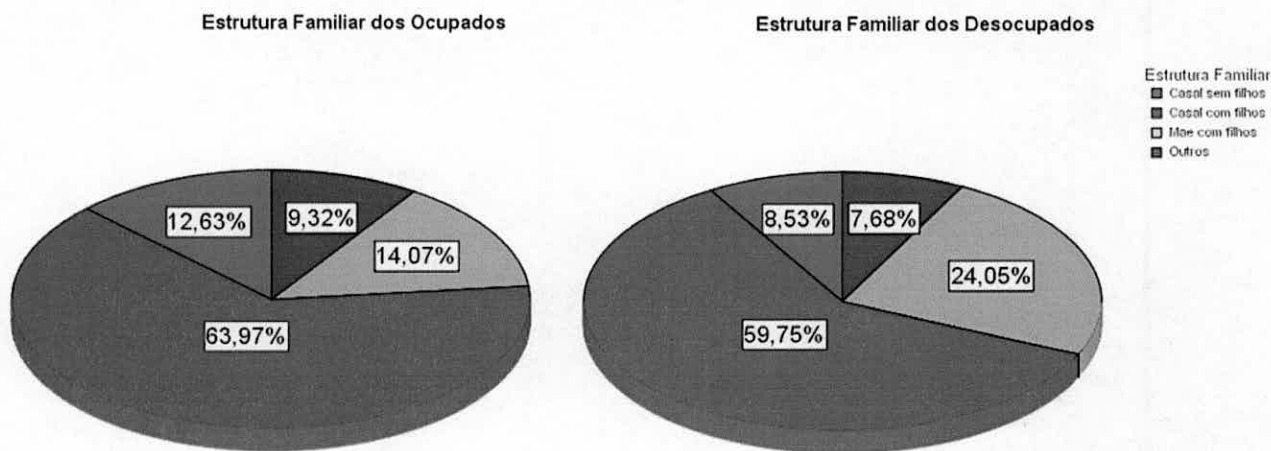


Gráfico 7: Estrutura familiar dos ocupados e dos desocupados no Brasil – 2005.

Uma última importante análise da realidade da força de trabalho no Brasil concerne à influência da raça no mercado de trabalho. O que se tem atualmente é ainda uma alta discrepância na taxa de ocupação entre negros e brancos, mas com os amarelos possuindo um percentual ainda maior de ocupação do que os brancos, sendo 93,87% dos indivíduos dessa raça ocupados. Indígenas e

Pardos possuem taxas de ocupação mais próximas à média nacional, próximos à 90%.

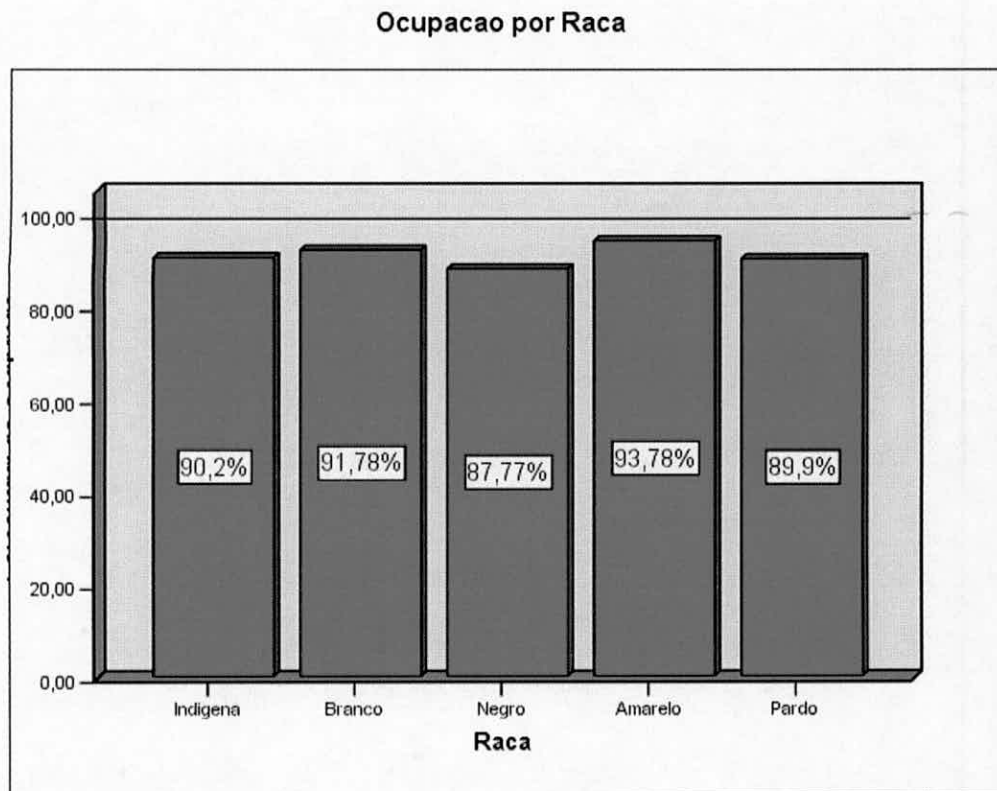


Gráfico 8: Taxa de Ocupação por Raça no Brasil – 2005.

5. MODELO ESTATÍSTICO

Uma vez descrita a configuração da força de trabalho no Brasil, um modelo de Regressão Logística Binária será aplicado aos Microdados das PNADs de 2005 e 1996, de forma a revelar uma perspectiva da evolução do comportamento de algumas variáveis ao longo da década.

Regressão Logística Binária é a técnica utilizada para modelar a probabilidade de ocorrência de um evento dicotômico. Por meio da estimação de parâmetros relacionados às variáveis independentes, pode-se determinar a intensidade com que essas variáveis, individualmente, influenciam a variável dependente.

Esse modelo difere do modelo linear ao estimar a probabilidade de ocorrência de um evento, ao invés do evento por si mesmo. Isso é necessário uma vez que a variável resposta pode assumir somente dois valores (0 ou 1). Assim, o modelo prevê a probabilidade de um indivíduo estar ocupado ou não, estimando os efeitos com que cada variável independente afeta essa probabilidade (WOOLDRIDGE, 2006). Se há a necessidade de saber se um indivíduo será ocupado ou não, simplesmente se define um ponto de corte para a probabilidade obtida como resposta, a partir do qual todos os indivíduos são classificados como ocupados.

O gráfico e a função matemática que definem a regressão logística binária são:

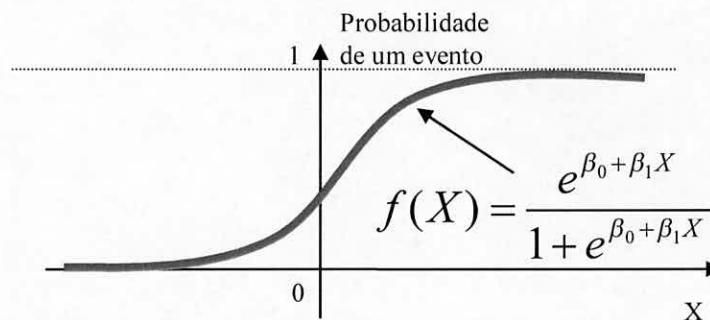


Gráfico 9: Modelo de Regressão Logística Binária.

A complexidade da equação leva à seguinte manipulação matemática que revela uma maneira mais simples de se trabalhar com esses dados, sendo:

$$\begin{aligned}
 E(Y | X) = p &= \frac{e^{\beta_0 + \beta_1 X}}{1 + e^{\beta_0 + \beta_1 X}} \Rightarrow \\
 \Rightarrow (1 + e^{\beta_0 + \beta_1 X})p &= e^{\beta_0 + \beta_1 X} \Rightarrow \\
 p + pe^{\beta_0 + \beta_1 X} &= e^{\beta_0 + \beta_1 X} \Rightarrow \\
 e^{\beta_0 + \beta_1 X} &= \frac{p}{1 - p} \Rightarrow \\
 \ln\left(\frac{p}{1 - p}\right) &= \beta_0 + \beta_1 X_1
 \end{aligned}$$

$$\frac{p}{1-p} = \text{"chance" evento (ocupação) acontecer}$$

É importante ressaltar que a demonstração acima apenas considera uma variável independente. O modelo desenvolvido neste estudo possui um número maior de variáveis; a demonstração, porém, é análoga. Analisa-se aqui algumas características dos indivíduos de forma a determinar em que direção e com que força os atributos de uma pessoa impactam na sua situação em relação à ocupação.

A variável dependente é, portanto, a ocupação ou não do indivíduo e as variáveis independentes utilizadas são:

Sexo: [Sexo] - masculino ou feminino.

Raça: [Raca_Dummy] - indígena, branco, negro, amarelo ou pardo.

Idade em anos: [Idade].

Número de componentes da família: [Componentes_familia].

Anos de Estudo: [Anos_de_estudo].

Estrutura familiar: [Estrutura_familiar] - casal sem filhos, casal com filhos, mãe com filhos e outros.

Essas variáveis foram selecionadas pela capacidade de comparação que oferecem ao longo da década e por serem os principais fatores da pesquisa que não apresentaram alta correlação entre si. Assim, evita-se o fenômeno conhecido em Estatística como multicolinearidade, em que a correlação entre as

variáveis independentes influencia a relação destas com a variável dependente pela alta capacidade que as variáveis possuem de se explicarem entre si.

A análise dos resultados calçou-se na análise dos coeficientes de cada variável independente, uma vez que a natureza da base de dados utilizada fragiliza a possibilidade da análise da significância estatística dos parâmetros do modelo. Sabe-se que para amostras extremamente grandes, como é o caso da PNAD, variáveis com pequeno efeito sobre a variável resposta tendem a ser significantes.

O modelo desenvolvido para esse estudo possui, então, a seguinte definição:

$$\ln\left(\frac{p}{1-p}\right) = \beta_0 + \beta_1.\text{sexo} + \beta_2.\text{raca}_1 + \beta_3.\text{raca}_2 + \beta_4.\text{raca}_3 + \beta_5.\text{raca}_4 + \beta_6.\text{idade} + \\ + \beta_7.\text{componentes_familia} + \beta_8.\text{anos_estudo} + \beta_9.\text{estrutura_familiar}_1 + \\ + \beta_{10}.\text{estrutura_familiar}_2 + \beta_{11}.\text{estrutura_familiar}_3$$

As variáveis que representam raça e estrutura familiar foram transformadas em variáveis *dummy* por serem categóricas. Segue a devida classificação resultante desse procedimento que foi utilizada no ajuste das regressões:

		Codificacao - Variaveis Dummy			
		(1)	(2)	(3)	(4)
Raca	Indigena	1,000	,000	,000	,000
	Branco	,000	1,000	,000	,000
	Negro	,000	,000	1,000	,000
	Amarelo	,000	,000	,000	1,000
	Pardo	,000	,000	,000	,000
Estrutura Familiar	Casal sem filhos	1,000	,000	,000	
	Casal com filhos	,000	1,000	,000	
	Mae com filhos	,000	,000	1,000	
	Outros	,000	,000	,000	

Tabela 2: Codificação das Variáveis Categóricas

6. RESULTADOS

A interpretação dos coeficientes obtidos com a regressão logística não é a mesma à das demais regressões. Como já demonstrado, a variável dependente da regressão logística é caracterizada por ser o \ln da chance (definida em Estatística pela razão da probabilidade pela não-probabilidade) de se estar ocupado.

Dessa forma, o modelo para a regressão realizada com os microdados de 1996 revelou os seguintes resultados:

Resultados - 1996

		B	Sig.
Step	Sexo	,431	,000
1	Raca_Dummy		,000
	Raca_Dummy(1)	,139	,000
	Raca_Dummy(2)	,098	,000
	Raca_Dummy(3)	-,176	,000
	Raca_Dummy(4)	-,022	,003
	Idade	,047	,000
	Componentes_familia	,017	,000
	Anos_de_estudo	-,010	,000
	Estrutura_familiar		,000
	Estrutura_familiar(1)	,146	,000
	Estrutura_familiar(2)	,035	,000
	Estrutura_familiar(3)	-,325	,000
	Constant	,883	,000

Tabela 3: Resultados Regressão PNAD 1996.

Já o modelo para a regressão realizada com os microdados de 2005 mostrou a seguinte resposta:

Resultados - 2005

	B	Sig.
Step 1		
Sexo	,584	,000
Raca_Dummy		,000
Raca_Dummy(1)	-,025	,002
Raca_Dummy(2)	,188	,000
Raca_Dummy(3)	-,278	,000
Raca_Dummy(4)	,373	,000
Idade	,050	,000
Componentes_familia	,000	,263
Anos_de_estudo	-,018	,000
Estrutura_familiar		,000
Estrutura_familiar(1)	,170	,000
Estrutura_familiar(2)	,063	,000
Estrutura_familiar(3)	-,336	,000
Constant	,482	,000

Tabela 4: Resultados Regressão PNAD 2005.

A organização desses dados obtidos fornece a tabela 5:

Coeficientes				
SEXO		ANOS DE ESTUDO		
	1996	2005		
Feminino	0	0	Ano adicional	1996: -0,01 2005: -0,018
Masculino	0,431	0,584		
RAÇA		ESTRUTURA FAMILIAR		
	1996	2005		
Negro	-0,176	-0,278	Mãe com filhos	1996: -0,325 2005: -0,336
Amarelo	-0,022	0,373	Outros	0
Pardo	0	0	Casal com filhos	0,035
Branco	0,098	0,188	Casal sem filhos	0,146
Indígena	0,139	-0,025		0,17
IDADE		COMPONENTES DA FAMÍLIA		
	1996	2005		
Ano adicional	0,047	0,05	Pessoa adicional	1996: 0,017 2005: 0
CONSTANTE				
	1996	2005		
	0,883	0,482		

Tabela 5: Resultados das regressões consolidados.

Todas as variáveis estudadas em ambos os anos são significantes, à exceção de componentes da família da regressão de 2005, que, até mesmo por ter coeficiente muito próximo de zero nos dois recortes de tempo, não influencia a chance de se estar ocupado.

A interpretação dos resultados revela muitos dados interessantes quanto a diversas variáveis. De uma forma geral, pode-se afirmar que as desigualdades de raça e de gênero em relação à taxa de ocupação aumentaram na última década.

Primeiramente, percebe-se que, em 2005, a chance de um indivíduo estar ocupado é 79,35% maior se ele for homem em relação às mulheres. Esta relação é maior do que em 1996, quando ser homem aumentava as chances em 53,8%. Essa conclusão é possível com a substituição dos valores correspondentes aos sexos nas regressões, mantidas todas as outras variáveis constantes. Para 2005, por exemplo, tem-se que:

Para o sexo feminino:

$$\ln\left(\frac{p}{1-p}\right) = 0,482 + 0,584 \cdot 0 = 0,482$$

$$\left(\frac{p}{1-p}\right) = 1,619$$

Para o sexo masculino:

$$\ln\left(\frac{p}{1-p}\right) = 0,482 + 0,584 \cdot 1 = 1,066$$

$$\left(\frac{p}{1-p}\right) = 2,904$$

Portanto:

Chance de um indivíduo ser ocupado é $\left(\frac{2,904}{1,619} - 1\right) = 79,35\%$ maior caso

ele seja do sexo masculino em relação ao sexo feminino.

A análise da influência das raças na chance de se estar ocupado no Brasil diz que um indivíduo branco possuía, em 2005, 59,36% mais chances de estar ocupado em relação a um negro; enquanto em 1996, esse valor era de 31,51%. A chance de um indivíduo estar empregado cresceu significativamente ao longo da década se ele for amarelo e caiu consideravelmente se ele for indígena.

O ano adicional de idade teve a sua influência praticamente inalterada ao longo da década. Isso sugere que, de uma forma geral, a valorização de um ano a mais de experiência permaneceu praticamente inalterada, apresentando uma ligeira alta em 2005 em comparação com 1996.

A valorização da educação mostrou um resultado que, como esperado, deve ser observado com cautela. Como já mencionado anteriormente, não se deve confundir a condição de ocupação com a qualidade dessa ocupação, de forma que aproximadamente metade dos ocupados (47%) está na informalidade, se considerada a contribuição à previdência como critério para defini-la. Isso é refletido nos valores dos coeficientes relativos ao ano adicional de estudo. Em 1996 o coeficiente foi de -0,01 e em 2005, ele foi de -0,018.

As estruturas familiares mostraram-se cada vez mais desiguais no que tange à contribuição para a condição de ocupação. A diferença entre o coeficiente máximo e o mínimo em 1996 era de 0,471 enquanto em 2005 era de 0,506. Pertencer a uma família constituída por mães solteiras com filhos indica menos chances de ser ocupado do que os outros tipos de estruturas familiares.

As famílias constituídas por um casal são aquelas que proporcionam as maiores chances de se encontrar empregado no Brasil.

A variável Componentes da família não se mostrou relevante para a determinação se um indivíduo é empregado ou não.

A seguir, uma discussão desses resultados os relacionará com possíveis hipóteses que as explicam, de acordo com a literatura já escrita a respeito desses assuntos.

7. DISCUSSÃO

Os resultados apresentados acima, juntamente com a descrição da força de trabalho no Brasil em 2005 permite muitas maneiras de se perceber o comportamento da oferta de mão-de-obra no país, especialmente, se comparados ao panorama da situação laboral dos Estados Unidos.

Pôde-se perceber que no Brasil as desigualdades ainda são marcantes no que tange à posse de uma ocupação. Diferenças em sexo e em raça, principalmente entre negros e brancos, eram mais fortes em 2005 do que na década anterior. Esse resultado vai de encontro à impressão de que a discriminação é cada vez mais uma prática do passado, como descrito a seguir: "movimentos que já se fazem sentir há mais tempo pelo progressivo abrandamento de posturas discriminatórias e segregacionistas prosseguirão seu curso" (TAFNER, 2006). Essa constatação permite afirmar que negros e mulheres, diferentemente do que se pode acreditar, possuem uma probabilidade menor de encontrarem uma ocupação, com tendência ao aumento da discrepância em relação a brancos e homens, respectivamente. Isso denota uma necessidade de inclusão social focada nesses indivíduos para a promoção de um reversão na tendência da desigualdade.

Quando visto em conjunto com a posição das estruturas familiares, a situação mostra-se mais urgente. Mães com filhos é um formato notadamente mais comum entre desocupados do que entre ocupados. Dentro desse número pode-se encontrar uma alta incidência de mulheres que possuem dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

O envelhecimento da população brasileira, assim como nos Estados Unidos, apresenta grandes ameaças à situação econômica do país, pelo peso que exercerá sobre a carga previdenciária. No entanto, quanto à ocupação, o envelhecimento não representa forte barreira. Em 2005, 17% dos ocupados tinha 50 anos ou mais, independentemente de posições formais ou informais. O passar dos anos aumenta, inclusive, a chance de se possuir uma ocupação, de forma semelhante ao longo da década. A constatação de Judy e D'Amico (1997) quanto à valorização da experiência em detrimento da importância dos músculos corrobora esse resultado. Há no Brasil o mesmo processo observado nos Estados Unidos de crescimento da participação do setor de serviços na economia, favorecendo um perfil mais maduro de trabalhador.

A liberalização dos mercados no Brasil, a partir do início da década de 90 impulsionou o aumento do desemprego no país e estimulou a qualificação como fator determinante para a conquista de uma boa posição no emprego. Era época de grandes privatizações, diversas fusões e aquisições e o princípio da estabilidade econômica proporcionada pelo Plano Real. Uma mudança no perfil do trabalhador era, portanto, condição *sine qua non* para a modernização do país (Machado e Moreira, 2001). Mas a falta de capacidade de qualificação da mão-de-obra foi um dos determinantes para o aumento do desemprego. A alta incidência de informalidade com a baixa qualificação dessa mão-de-obra foram refletidas tanto nos resultados da regressão de 1996, quanto nos resultados da regressão de 2005, mas com uma intensificação para o período mais recente. A constatação de que o impacto de anos de estudo é crescentemente negativo para a condição de ocupação revela o aumento do trabalho entre os menos

qualificados. Dentre outras hipóteses subjacentes a esse resultado estão o fato de que indivíduos com uma formação mais sólida tendem a passar um período maior desempregados, em busca de um serviço digno de seu valor, enquanto trabalhadores sem qualificação possuem menos liberdade para a escolha de um trabalho e vivem de serviços esporádicos e temporários que, mesmo assim, caracterizam ocupação. Uma ilustração do desenvolvimento do emprego na década é apresentada abaixo:

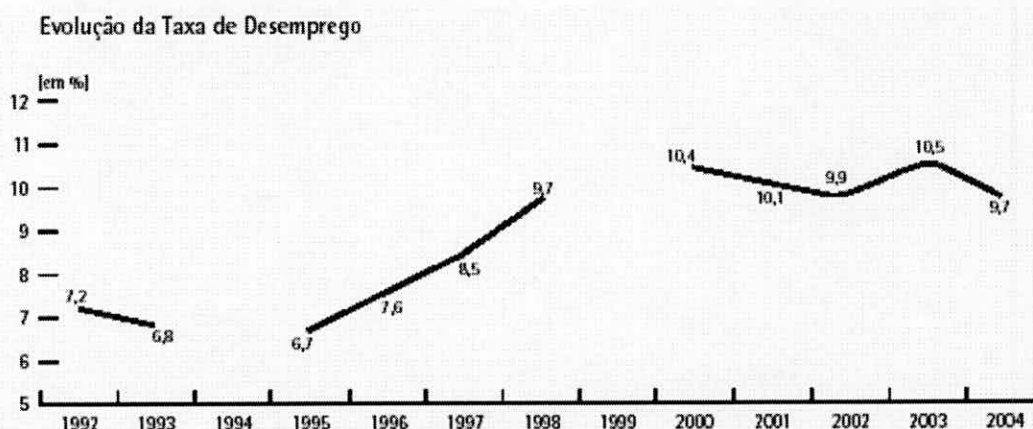


Gráfico 10: Evolução da Taxa de Desemprego – Brasil.

Fonte: (TAFNER, 2006)

O prêmio pela habilidade descrito por Judy e D'Amico (1997) não se reproduz para a presença de ocupação. É observada uma vantagem no grau de escolaridade para a determinação do salário de um indivíduo, porém, para a existência de uma ocupação, como já mencionado, a escolaridade não é uma variável que afeta positivamente o trabalhador.

Dada a evolução das variáveis estudadas para 1996 e 2005, pode-se perceber tendências na configuração da força de trabalho brasileira. A desigualdade entre sexos e entre raças persistirá no curto e médio prazo. A inversão da sua tendência atual de distanciamento e a respectiva redução das diferenças levará ainda certo tempo para ocorrer. A presença em boas vagas de trabalho registradas continuará dependendo de uma boa escolaridade, enquanto

a simples ocupação não necessariamente dependerá dos anos de estudo. Isso mostra que a desigualdade no Brasil, apesar de possuir tendência de queda por seus dados históricos, não diminuirá rapidamente. Pessoas que anteriormente não possuíam renda qualquer continuarão entrando no mercado informal, melhorando os indicadores e programas sociais se fortalecerão, mas os maiores salários ainda serão recebidos por aqueles que se prepararem melhor para a crescente competitividade do mercado de trabalho. A idade média dos trabalhadores ocupados crescerá basicamente por dois fatores. Primeiramente pelo próprio envelhecimento da população. Além disso, a maior utilização do setor de serviços e comércios proporcionará uma carreira mais longa aos trabalhadores, mesmo após a sua aposentadoria, assim como nos Estados Unidos (JAMIESON E O'MARA, 1991). Assim, com mais pessoas de idade avançada ocupadas e economicamente ativas, a experiência será um fator importante no mercado de trabalho.

8. LIMITAÇÕES E ESTUDOS FUTUROS

O fato de o presente estudo considerar a condição de ocupação como variável resposta é uma limitação quanto à comparação com outros estudos da área que consideram trabalho formal ou rendimento. Para essa análise comparativa, um estudo similar que utilize contribuição à previdência ou posse de carteira assinada como variável dependente é recomendado.

Uma importante limitação que deve ser considerada no estudo é o fato de que apenas dois cortes no tempo foram considerados. Dessa forma, detalhes possivelmente passaram despercebidos pela análise realizada.

Estudos futuros que procurem estudar a taxa de ocupação como elemento principal, podem considerar mais anos para construir um contexto mais completo para análise. Uma sugestão é a utilização de uma técnica estatística

conhecida como dados em painéis. Nesse caso, trata-se de um modelo de regressão com diversas PNADs dos últimos anos, de forma a combinar os dados de corte transversal e longitudinais. Desta forma, poderia ser estudada a mudança dos coeficientes da regressão ano a ano em um mesmo modelo. "Ao combinar séries temporais com dados de corte transversal, os dados em painel proporcionam dados mais informativos, menos colinearidade entre as variáveis, mais graus de liberdade e mais eficiência" (GUJARATI, 2006).

9. CONCLUSÃO

A força de trabalho no Brasil encontra-se ainda marcada por grandes disparidades quanto a sexo e raça, tanto em relação quanto a salários, como em relação à ocupação. Quanto à condição de ocupação o fato de ser branco faz com que a chance de se estar ocupado seja maior em relação a um negro. O mesmo acontece com homens em relação a mulheres, mesmo essas se preparando, atualmente, melhor para o mercado de trabalho, possuindo, na média, um maior nível de escolaridade.

Revelou-se também que mais anos de estudo são importantes para a conquista de um emprego de uma melhor qualidade, porém, não são fundamentais para se ter uma ocupação no Brasil.

O padrão de desenvolvimento apresenta algumas semelhanças e algumas diferenças em relação aos Estados Unidos. O envelhecimento da população e a crescente importância do setor de serviços são fenômenos similares nos dois países. Já o sucateamento de grande parte da mão-de-obra com a impossibilidade de qualificá-la, inchando, assim, o setor informal é uma característica mais marcante no Brasil. A liberalização dos mercados implicou importantes mudanças em ambos os países, mas apresentou influência mais forte no Brasil pelo fato da intensidade com que ocorreu a partir da década de 1990.

Similarmente aos estadunidenses, o principal movimento que precisa ser feito no país em relação à preparação para o mercado de trabalho futuro é uma adequação da sua mão-de-obra atual ao desenvolvimento tecnológico e a postos de trabalho que exigirão mais habilidades intelectuais do que motoras. Porém, precisa-se, no Brasil, promover o desenvolvimento dessa capacitação principalmente nos grupos mais desfavorecidos da sociedade; comprovadamente, negros, mulheres e indivíduos com menos escolaridade. Somente dessa forma haverá a possibilidade não só de inserir novas pessoas capacitadas no mercado de trabalho, mas de deslocar trabalhadores informais para o centro do sistema trabalhista brasileiro. Assim, haverá a possibilidade de engendrar uma natural e consistente redução da desigualdade, de forma a promover as condições necessárias para o desenvolvimento e crescimento sustentável de um país mais justo e igualitário.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRO, R. J. **Inequality and growth in a panel of countries**. Cambridge: Harvard University, 1999. 51 p.

BUREAU OF LABOR STATISTICS. **Employment situation summary**. Disponível em: <<http://www.bls.gov/news.release/empisit.nr0.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2007.

GOIS, A.; LAGE, J. Há mais ocupados, mas desemprego resiste. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 set. 2005. Dinheiro 2, p. B14.

GREEN, F; DICKERSON, A; ARBACHE, J. S. **A picture of wage inequality and the allocation of labour through a period of trade liberalisation: the case of Brazil**. Cartenbury: University of Kent, 2000. 36 p.

GUJARATI, D,N. **Econometria Básica**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de indicadores 2005**. Rio de Janeiro, 2006a. 263 p.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Brasil 2005**. v. 26. Rio de Janeiro, 2006b. 123 p.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Microdados Brasil 2005**. Rio de Janeiro, 2006c.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Microdados Brasil 1996**. Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Microdados Brasil 1981**. Rio de Janeiro, 1982.

JAMIESON, D.; O'MARA, J. **Managing workforce 2000: gaining the diversity advantage**. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1991. 241 p.

JOHNSON, W. B. **Workforce 2000: work and workers in the 21st century**. Indianapolis: Hudson Institute, 1987. 145 p.

JUDY, R. W.; D'AMICO, C. **Workforce 2020: work and workers in the 21st century**. Indianapolis: Hudson Institute, 1997. 160 p.

MACHADO, A. F.; MOREIRA, M. M. Os impactos da abertura comercial sobre a remuneração relativa do trabalho no Brasil. In: XXVIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2000, **Anais...** Campinas: Anpec, 2000.

NERI, M; PINTO, A; SOARES, W; COSTILLA, H. **Retratos da Deficiência no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003. 250p.

O'TOOLE, J; LAWLER III, E.E. **The new american workplace**. New York: Palgrave Macmillan, 2006. 260p.

PASTORE, J. **Flexibilização dos Mercados de Trabalho e Contratação Coletiva**. 2^a ed. São Paulo: Editora LTr, 1997.

ROSSHEIN, J. **The state of the US workforce as it moves toward this milestone**. Disponível em: <<http://featuredreports.monster.com/150M/changes/>>. Acesso em: 22 out. 2006.

SOARES, C.; OLIVEIRA, S. Gênero, estrutura ocupacional e diferenciais de rendimento. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 5-33, jun. 2004.

SOARES, S. S. D. Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004. **Texto para Discussão IPEA**, Brasília, n. 1166, p. 1-27, fev. 2006.

TAFNER, P. (Ed.). O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro. In: _____. **Brasil: o estado de uma nação**. Rio de Janeiro: Ipea, 2006. p. 307-353.

ULYSSEA, G. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 596-618, out./dez. 2006.

WOOLDRIDGE, J.M. **Introductory econometrics: a modern approach**. 3^a ed. Michigan: Thomson South Western, 2006. 890p.

11. APÊNDICE

As definições abaixo são encontradas em IBGE (2005b).

Posição na ocupação: Foram definidas oito categorias de posição na ocupação:

Empregado - Pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas, etc.). Nesta categoria incluiu-se a pessoa que prestava o serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos;

Trabalhador doméstico - Pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares;

Conta própria - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não-remunerado;

Empregador - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado;

Trabalhador não-remunerado membro da unidade domiciliar - Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador;

Outro trabalhador não-remunerado - Pessoa que trabalhava sem remuneração, Durante pelo menos uma hora na semana, como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; Trabalhador na produção para o próprio consumo - Pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar;

Trabalhador na construção para o próprio uso - Pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.